

ZERO

FLORIANÓPOLIS, AGOSTO DE 1986

NÃO



**AO ACORDO IBM-UFSC
AO ESPANCAMENTO DE CRIANÇAS NA FUCABEM
À VIOLÊNCIA SEXUAL**

**ENTREVISTA:
NÉLIDA PIÑON**



Uma idéia na cabeça

TAYANA C. DE OLIVEIRA

Toda vez que o assunto é cinema catarinense, há sempre quem lembre dos modernistas do Grupo Sul. Foram eles que implantaram um cineclubes em Florianópolis e que se atreveram a passar a linha que separa a observação da produção, filmando "O Preço da Ilusão" em 1958, o primeiro longa-metragem catarinense.

As produções do Grupo Sul e todos os filmes realizados de 1920 a 84 estão incluídos no trabalho "O Cinema em Santa Catarina", feito por estudantes de jornalismo em 1985. O intitulado Grupo de Pesquisa Cinematográfica promoveu, no ano passado, a 1ª Mostra do Filme Catarinense, para que a dispersão do material e a sua necessidade de condições especiais de conservação fossem conhecidas. A negligência com que vem sendo tratado o assunto causou perdas irreparáveis, e muitos filmes estão deteriorados, sem possibilidade de restauração. O desaparecimento de "O Preço da Ilusão" serve até hoje de piada para quem conhece a história do cinema de Santa Catarina.

O preço da ilusão de ser cineasta foi realmente muito alto para os modernistas catarinenses. Após seis meses de gravações, o filme, inspirado no neo-realismo italiano não recebeu "certificado de boa qualidade" da Censura, o que inviabilizou a sua exibição comercial. Os prejuízos foram grandes, e Armando Carreirão, Eglé Malheiros, Ody

Fraga e Salim Miguel, alguns dos componentes da Sul Cine Produções, carregam o peso histórico de terem feito o único longa do Estado. O peso artístico do filme não pode ser analisado, pois restam apenas seus 15 minutos finais.

Mas nem só do Grupo Sul viveu o antigo cinema catarinense. Desde 1908 são realizadas filmagens no Estado, principalmente filmes caseiros feitos no interior. Apesar desse começo precoce, o cinema não teve continuidade em Santa Catarina e nunca mais a audácia dos "modernistas atrasados" (o Grupo Sul surgiu 24 anos após a Semana de Arte Moderna paulista) foi repetida.

Sem câmera na mão

Não há como preservar a memória do Estado sem conservar a sua produção cultural, da mesma forma como nunca foi possível, nem mesmo para Glauber Rocha, fazer cinema com uma idéia na cabeça e sem uma câmera na mão. A falta de equipamento, do domínio da técnica e dos meios de exibição, são problemas constantes para os novos cineastas catarinenses. Apesar disso, a produção não desapareceu, e muitos ainda realizam filmes em vídeo ou na ultrapassada bitola Super-8.

Foi para solucionar esses problemas que o Grupo de Pesquisa Cinematográfica lançou a campanha pela implantação de uma cinemateca de abrangência estadual. A ela caberia guardar o material cinematográfico, responsabilizando-se pela sua coleta, restauração e conservação. Além

disso, a cinemateca também incentivaria e mobilizaria as novas produções, alugando equipamentos, realizando cursos, festivais e promovendo a exibição dos filmes. Uma biblioteca especializada e pesquisas na área cinematográfica seriam organizadas junto com outras atividades.

Após um ano de trabalho, a cinemateca já está legalizada. Seus sócios realizaram uma mostra de filmes regionais em Joaçaba, o Festival de Cinema Brasileiro na UFSC, o lançamento do filme "Nem Tudo é Verdade", de Rogério Sganzerla, participaram do 14º Festival de Gramado e do último encontro do Conselho de Associação Nacional de Documentaristas, em Curitiba. Os documentaristas incentivaram a iniciativa dos catarinenses e apoiaram a idéia do tombamento e desapropriação do antigo Cine Roxy, em Florianópolis, localizado atrás da Catedral, para abrigar a cinemateca. O prédio está abandonado há sete anos, e seu espaço é considerado ideal para a implantação da cinemateca. O prédio pertence à Cúria Metropolitana e foi usado como Teatro Episcopal até 1932, quando transformou-se no Cine Teatro Centro Popular, que projetou o primeiro filme sonoro em Florianópolis. Depois de onze anos fechado, foi reaberto em 1944 como Cine Roxy, funcionando até 79.

A expectativa é que o Governo estadual, como maior interessado em preservar a memória catarinense, encampe o projeto. A implantação de uma cinemateca vai evitar o desaparecimento da antiga cinematografia de Santa Catarina e a migração dos cineastas para o eixo Rio-São Paulo.



Glauber sabia: mais que uma idéia é preciso a câmera na mão

É preciso melhorar o CIC e a TV

JAVIER PIZARRO

Podemos notar, na atualidade, o surgimento de uma nova mentalidade na vanguarda cultural internacional. Isto acontece em resposta aos grandes desequilíbrios provocados pelo "progresso" técnico-industrial. Assim, o ecologismo está propondo uma mudança ideológica, uma tomada de consciência individual e coletiva. Ele questiona tanto o relacionamento do homem com o meio ambiente quanto o seu próprio cotidiano.

Quero aproveitar este espaço para chamar a atenção para o Centro Integrado de Cultura. Ele atua com muita programação na área de cinema, mas no resto das atividades, existe uma inércia, um aproveitamento muito pobre, em comparação com o potencial que representam suas instalações.

A mesma coisa acontece em matéria de programação de TV, cuja maior parte é "abobrinha". Isto é, enlatados que repetem seus argumentos, programas violentos de desenho ani-

mado, que em nada contribuem para a educação de crianças. A TV deve ser usada para educar, abrindo espaço para as produções em vídeo independentes. Estas sim, tem representado o verdadeiro momento cultural do País. A televisão é o meio de comunicação de massas mais completo que existe, devido às suas condições técnicas. É importante que nós, jornalistas, batalhemos pelo aprimoramento de seu uso, criando espaço para a arte, o jornalismo informativo e científico entre outras alternativas.

ZERO

Jornal laboratório do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Textos: Tayana Cardoso, Javier Pizarro, Norberto Vieira da Silva, Gilberto B. dos Santos, Karin Maria Vêras, Mônica Hass.

Fotos: André Rohde, Manoel Mendes, Cléia Machado, Arquivo-Zero

Edição e supervisão: Professores Sônia Maluf e Ricardo Barreto

Edição gráfica: Ricardo Barreto

Acabamento e impressão: Empresa Editora O Estado

Correspondência: Caixa Postal 472, Departamento de Comunicação e Expressão, Curso de Jornalismo, Florianópolis-SC.

Telefone: (0482) 33-9215.

Distribuição gratuita.

Circulação dirigida

“É perigosíssimo escrever”

Norberto Vieira da Silva

Nélida Piñón é daquela espécie de pessoas que estão em extinção. Aquele tipo de gente que olha nos olhos enquanto conversa e com isso seu interlocutor já sabe de antemão que dali não sairão frases feitas. Sinceridade e humildade são marcas de seu caráter apesar de seu vasto currículo como escritora.

Desde o lançamento de “Guia Mapa de Gabriel Arcanjo” em 61 até “República dos Sonhos” (670 pgs), lançado em outubro de 85, Nélide Piñón se caracterizou por sua literatura corajosa, arrancando de alguns críticos como Pedro Tamen citações do tipo “estremece as paredes da língua instalada, da sociedade instalada, da moral instalada, as do Macho instalado”.

Nélide Piñón, que estava em Nova York, veio até nossa Universidade para falar sobre “A mulher e a criação literária”, durante a semana de Letras promovida pelo curso.

Zero - Você falou que os rótulos (quando tentaram classificá-la de escritora intimista) se aplicam com facilidade incrível, que é mais fácil imprimir rótulos porque facilitam a compreensão, já não precisa ler o livro. Sonia Coutinho afirmou sobre “A casa das paixões”, que a sondagem corajosa e sem hesitação das profundezas humanas aproximam você de uma linhagem de escritores malditos. O que você acha?

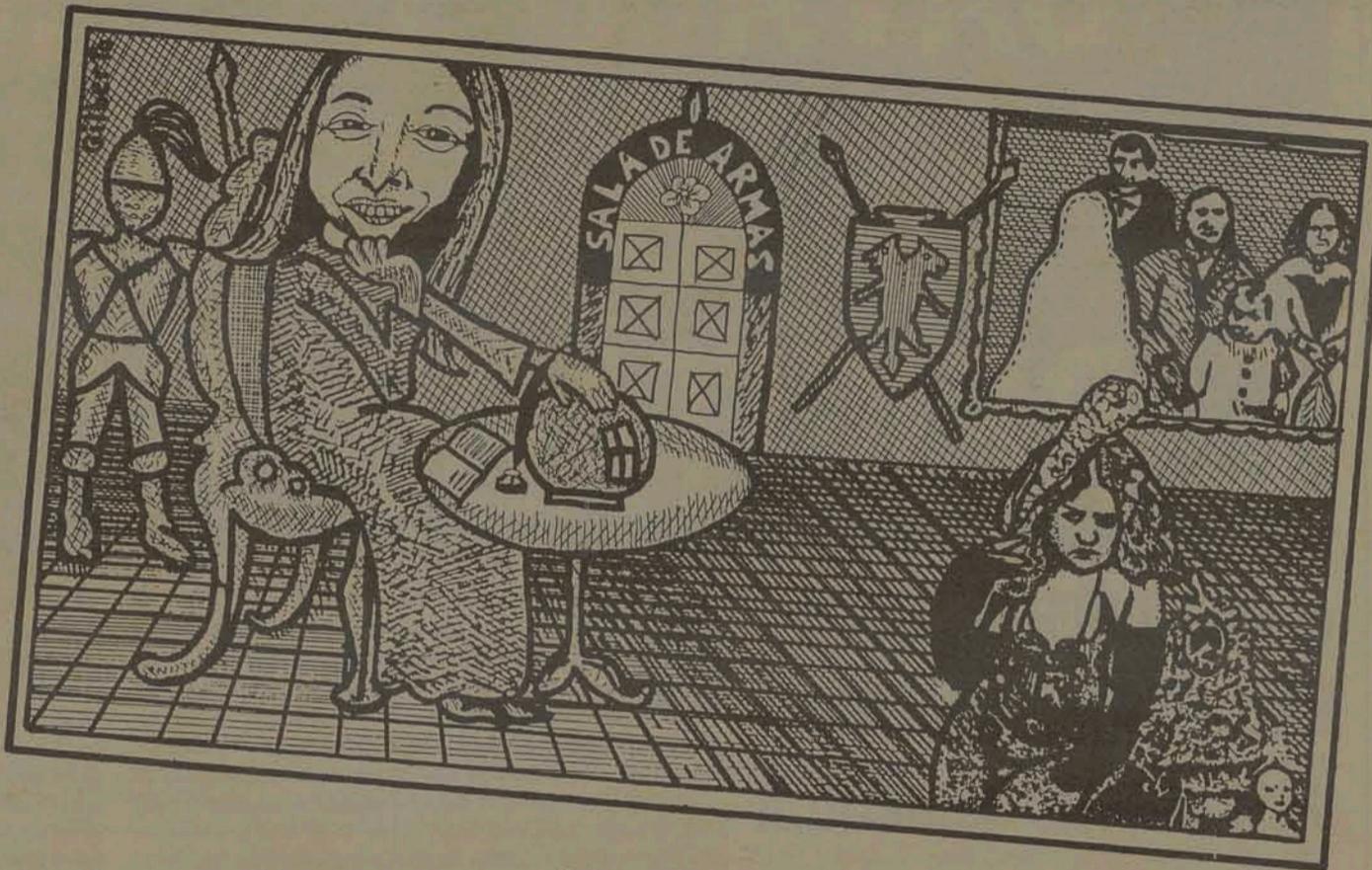
Nélide - Eu acho que nesse livro sim, eu acho que essa observação da Sonia me parece muito pertinente porque há textos meus que têm um caráter de transgressão, é uma inconformidade com as normas instauradas pelo sistema social. As relações são de interdição e de revelação de sentimentos que não estão na pauta de aprovação coletiva, sobretudo, acho que em “A casa das paixões”, citado pela Sonia Coutinho, eu diria que esse caráter de perdição, de maldição, não é o chamado texto bem comportado, não abraça idéias bem comportadas, conservadoras. De certo modo ela se refere a uma linguagem que traz em seu bojo uma essência de inconformidade. E esse caráter me parece que permite que ele seja um texto marginal nesse aspecto.

Zero - O que é ser maldito no Brasil?

Nélide - Ela se refere evidentemente não só ao Brasil mas a qualquer parte. Ela citou alguns escritores ditos marginais porque foram considerados sempre como autores que não levaram em conta as exigências estéticas da sociedade. A sociedade deseja consagrar, celebrar as estéticas bem comportadas.

Zero - Qual a função do intelectual nesse processo de transição, de redemocratização do nosso país?

Nélide - Eu acho que a função do intelectual, além de escrever bem, isso é fundamental, ser um escritor sério, competente, ele é alguém que está inserido na sociedade e como tal deve emprestar sua consciência para a coletividade. Ele é uma pessoa em geral mais aparelhada, que pode colaborar nesse sentido, mas eu não acho que a função dele seja apenas participar deste instante brasileiro, é participar em todos os instantes, mesmo dos instantes difíceis como os que abandonamos, sobretudo aqueles. Agora é muito mais fácil todo mundo aderir a estes tempos novos não é? Difícil foi para nós, alguns escritores brasileiros, ter enfrentado esses vinte anos, isso foi muito doloroso. Muito difícil e muito frustrante.



Nélide acredita que o escritor deve emprestar sua consciência para a coletividade.

Mais que isso, deve participar de todos os instantes da história do País.

Zero - Durante 20 anos a nossa literatura prendeu-se mais a um caráter de denúncia e obras de ficção. Agora, diante desse período de debate livre e aberto e essa liberação de características democráticas, pode haver uma retração da necessidade de obras de ficção?

Nélide - Não. Eu acho evidentemente que houve um grande segmento nos últimos anos que fez uma literatura de caráter de rebelião, mas um caráter imediato. Você podia ver, era um tema de algum modo muito específico. Mas surgiram grandes obras, onde a contestação política está embutida dentro do texto, portanto tem muito mais condições de sobreviver, porque obedece realmente às exigências estéticas daquele texto. Porque um texto que você faz com um propósito deliberado de torná-lo uma arma contra um determinado sistema e apenas com esse intuito, certamente é um texto destinado ao esquecimento e está vinculado apenas ao momento, ele precisa ter transcendência. Um texto para conquistar uma transcendência, de modo que as suas exigências possam ser aplicadas em qualquer época da humanidade, não somente aquelas de 60 a 80 ou 70 a 80, mas a qualquer momento da vida do homem. Daí vem sua perenidade, caso ele mereça esse prêmio.

Zero - Eric Nepomuceno afirmou em sua palestra que o escritor latino-americano ou é resignado ou é indignado. Como você vê isso?

Nélide - Resignada eu não sou, nunca, é claro. Quem conhece minha biografia sabe que nunca fui resignada, nem no plano verbal como também na prática da literatura. Se você é indig-

nado no que procura escrever, você cumpriu o seu ofício. Você arrisca seu texto, você se queima com um texto, é perigosíssimo escrever, você se arrisca muito. Muitos escritores que são quietos em casa, tão caladinhos, não prestam depoimento, estão fazendo uma obra com a maior magnitude. É um problema de temperamento. E além do mais, eu acho que nós, se desejamos implantar uma democracia fecunda e plena neste país temos que aceitar o comportamento do próximo. Eu não sou mulher acomodada de ficar em casa, eu gosto de falar, mas os escritores são tímidos, eu acho que a literatura brasileira me parece formada por pessoas dignas. Não temos deserções vergonhosas.

Zero - Como você traçaria o perfil de Nélide Piñón?

Nélide - A gente sempre imagina que os amigos estariam muito mais habilitados a dizer quem nós somos, porque eles é que enxergam os nossos gestos, recolhem nossas palavras, nossos suspiros e as expressões de nosso rosto, então eu sou muito o que meus amigos me vêem, como eles são também, porque eu os contamina, porque eles me contaminam e eu acho que talvez uma das marcas que eu tenho tido ao longo de todos esses anos, desde a minha formação (eu desejava ser escritora desde os 8 anos), é uma grande fidelidade à literatura. E quando eu digo literatura não é um livro, porque eu vejo o escritor totalmente entregue à vida pública. Neste sentido completo, é alguém que empresta sua voz às pessoas para que outros con-

tem as suas histórias, para que a vida do homem esteja transcrita para sempre diante dessa minha observação, eu me vejo com grande orgulho por meu ofício, um orgulho enorme, um orgulho não-maloso, destituído de qualquer arrogância. Mas alguém também, que sente um grande júbilo de ter podido ser escritora, porque eu espero que a vida me contemple com o dom literário, com esse desejo de escrever até o final.

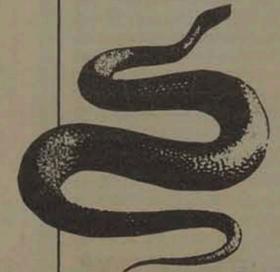
Sou uma pessoa que acredita que a literatura também está voltada para que o homem se entenda, compreenda melhor, se torne melhor. Amo minha língua portuguesa, acho uma característica muito forte minha. Amo meu país, não quis sair dele nesses vinte anos mas agora estou um pouquinho cansada, estou querendo refletir melhor.

Me comovo muito como ser humano, com o vizinho, e essa comoção não se afasta de mim nem com o cansaço. Nem agora, que eu poderia pensar mais em lazer, a gente com o tempo, com a idade, com os anos, né, mas não, eu me sinto muito viva, muito cheia de emoção e pronta a reconhecer os gestos gentis, como daquele jovem na palestra, por exemplo, que se levantou e veio me trazer o livro. Achei lindo aquele gesto dele, não foi pelo livro, mas o que representou, sabe, ele terá vencido talvez sua timidez, ele venceu não sei quantas fileiras de cadeiras para me fazer uma gentileza. Foi uma forma que ele teve de me homenagear não como escritora, como ser humano, eu acho, como uma brasileira que merece o seu respeito. Foi muito bonito aquilo assim como o seu olhar também, comovido.



CAVALO DE TRÓIA DA IBM É REJEITADO NA UFSC

A IBM QUERIA MAS NÃO LEVOU. ROMPIDO O SIGILO DO ACORDO, A SOCIEDADE PRESSIONOU E ELE FOI SUSPENSO. MAS PODE VOLTAR...



O caso entre a IBM e a UFSC começou em julho passado, quando a IBM propôs à Universidade um convênio em regime de comodato. A empresa emprestaria computadores que atenderiam momentaneamente às necessidades do Curso de Engenharia Mecânica. As máquinas — que custavam na época 100 milhões de dólares — seriam devolvidas depois de quatro anos. Em troca, a IBM seria co-proprietária de todo conhecimento científico gerado com o auxílio do equipamento.

Não era uma proposta inédita. A nível internacional, a IBM já havia firmado o mesmo convênio com 68 universidades americanas e canadenses e com 66 universidades europeias. A França, entretanto, recusou a proposta da IBM, sob o argumento de que o acordo representaria uma agressão à soberania nacional. As informações tecnológicas geradas no país deveriam continuar sendo propriedade exclusiva da França.

No Brasil, a IBM operava em várias universidades. Havia projetos sendo desenvolvidos na Universidade de Uberlândia, no laboratório de informática da UERJ, nas áreas de engenharia civil e informática da UFRJ, nos departamentos de engenharia e computação científica da UFPA, e na área de gráficos e produção assistida por computador, na USP.

O Conselho Estadual de Processamento de Dados de São Paulo colocou, de início, vários impedimentos para a realização do convênio IBM-USP.

O principal deles era de que o acordo lesava os interesses nacionais, uma vez que, a médio prazo, visava furar a lei de reserva de mercado em informática, em vigor até 1992.

Quem decide são os PHDeuses

Em Santa Catarina, no entanto, a decisão sobre o convênio estava condenada às salas dos "PhDeuses" da Engenharia Mecânica. O professor Arno Blass, como integrante da comissão IBM-UFSC, encaminhou à multinacional norte-americana um levantamento das necessidades computacionais do Departamento. A empresa se propôs, então, a instalar 80 terminais de vídeo — e não 250, como Blass havia pedido. A IBM cederia à Mecânica um computador de grande porte (modelo 4341), uma unidade CAD/CAM — um sistema que permitiria a todos os projetos desenvolvidos pela Mecânica serem assistidos por computadores — e mais

outros equipamentos periféricos.

Em agosto de 85, durante o 10º Seminário Nacional dos Estudantes de Engenharia Mecânica, em Campina Grande, foi divulgada a minuta do convênio que a IBM havia proposto à Universidade Federal da Paraíba. Os alunos de Mecânica da UFSC voltaram dispostos a discutir com os professores as cláusulas do contrato padrão. Os professores, entretanto, negavam ter recebido a minuta do convênio que, diziam, deveria ser específico para a UFSC. Por isso, se recusavam a qualquer discussão baseada no documento apresentado pela UFPA.

Uma matéria publicada no Jornal de Santa Catarina, na edição de 6 e 7 de outubro, sob o título "convênio proposto pela IBM gera polêmica na Universidade", iniciou o debate sobre o acordo. Uma das cláusulas do contrato estabelecia: "as partes concordam em não divulgar os termos e condições deste convênio, sem a prévia autorização, por escrito, da outra parte".

Os professores de Mecânica ameaçaram processar o JSC, e publicaram uma "nota de esclarecimento" que pouco esclarecia sobre o convênio. Embora a minuta fosse a mesma para todas as universidades, eles continuavam negando que a IBM tivesse feito qualquer proposta concreta à UFSC.

Mas não poderiam enganar a todos o tempo inteiro. Em novembro alguns estudantes de Mecânica prepararam um debate, para o qual foram convidados os professores do Departamento, a comunidade universitária e o deputado estadual Marcondes Marchetti, membro de Comissão de Comunicação e Informática da Assembléia Legislativa.

A essa altura, uma comissão do Curso de Mecânica estudava o convênio, que já se tornara público. A comissão — formada por 4 professores, 2 alunos de graduação e 2 de pós-graduação aprovou algumas mudanças no convênio original: se a IBM absorvesse o conhecimento científico produzido pela UFSC, ela teria que pagar à Universidade, e se quisesse interromper o convênio, retirando os equipamentos antes do prazo previsto, teria que avisar com uma antecedência de um ano — e não de seis meses, como era a proposta da empresa. Além disso, a IBM não poderia usar o nome da UFSC para fins publicitários, e ainda deveria permitir a utilização dos computadores também para pesquisas básicas. O professor Arno Blass foi destacado para dar a redação final ao texto do convênio.

No dia 19 de dezembro, o Colegiado do Departamento de Mecânica aprovou as mudanças na minuta original, conforme sugestão da Comissão. Não existe ata dessa reunião, embora seja obrigatório aprovar o relato da reunião anterior para iniciar outra. O chefe do Departamento de Engenharia Mecânica e presidente do Colegiado, professor Berend Snoijer, entre uma bafarada e outra no cachimbo, diz que isso foi um "mero esquecimento".

De qualquer forma, seria difícil que o projeto passasse pelas instâncias da UFSC — o Conselho Departamental do Centro Tecnológico e o Conselho Universitário — ainda em dezembro. E, ainda que isso acontecesse, seria pouco provável que fosse aprovado justamente no momento em que a resistência a algumas cláusulas crescia. De dezembro a março, quando reiniciaram as atividades, passaram-se dois preciosos meses. O tempo necessário para a poeira baixar.

Petulância

Em março, exatamente no dia 25, numa reunião do Conselho Departamental do CTC — órgão que reúne professores de todos os Cursos do Centro Tecnológico — é que acontece o fato mais nebuloso, desde que a IBM começou a namorar com a UFSC.

O diretor do CTC e presidente do Conselho, professor Luís Antunes Teixeira, entregou o projeto para Berend Snoijer relatar. Snoijer, chefe do Departamento de Engenharia Mecânica, nega que tenha sido o relator, embora isso consta na ata do dia 25. Qualquer projeto, por mais simples que seja, é analisado por um professor ou por uma comissão. Nesse caso não teria sido designado nenhum relator?

Conforme é praxe, o relator manifesta-se contra ou a favor da decisão do Colegiado. Como o Colegiado do Departamento de Mecânica havia aprovado o projeto com algumas alterações, o parecer de Snoijer era, na verdade, contrário à decisão do seu Departamento, uma vez que ele defendia a minuta original. Snoijer, entretanto, deu parecer favorável. Por isso, todos os conselheiros foram unânimes. Só que ele estava relatando o projeto original, e não a minuta modificada pelo Colegiado.



Berend Snoijer

"Não desconfiemos de nada", conta o vice-diretor do CTC. Boullmann teria votado contra o parecer, caso soubesse que se tratava da minuta original. Se a maioria do Conselho se manifestasse contrário ao parecer, a tramitação do projeto não seguiria adiante, e sim voltaria ao Colegiado, para nova apreciação.

O professor Snoijer acha que se houvesse dúvidas a respeito de qual projeto estava sendo votado, alguém poderia ter pedido um esclarecimento. Depois, volta atrás, e diz que "só havia um projeto em discussão": o convênio original da IBM. Onde foi parar, então, o projeto alterado pelo Colegiado do Departamento?

Snoijer acredita que as alterações na minuta comprometeriam "em parte" a concretização do acordo. Talvez esteja aí a explicação para os dois fatos: a inexistência da ata da reunião que aprovou as modificações, e a rapidez com que o projeto original passou pelo Conselho Departamental. O professor aprofun-

da-se no raciocínio: "se eu fosse um empresário não aceitaria essa petulância de querer modificar".

Democracia para americano ver

O senador Roberto Campos, dono de um farto e conhecido currículo pelos discursos que fez no Congresso Nacional, poderia perfeitamente qualificar de "petulante" a lei de reserva de mercado em informática. O governo norte-americano também deve compartilhar da mesma opinião, uma vez que vem aplicando sanções econômicas ao Brasil, para forçar a revisão da lei.

Petulância à parte, o professor Snoijer acredita que a tramitação do convênio IBM-UFSC foi "altamente democrática". E arremata: "somos em quinze conselheiros e todos foram unânimes em aprovar o projeto". A ingerência da IBM na UFSC pode ser decidida democraticamente por quinze pessoas?

Pelo visto, os professores de Mecânica continuam achando que "não se pode subordinar a competência ao número", deixando a decisão a cargo de "maiorias manipuladas", conforme afirmaram na nota ao JSC. Snoijer, particularmente, debita a "agitação" numa conta mais específica: "isso é coisa do pessoal do PT", conclui.

De uma coisa não resta dúvida: a Mecânica necessita dos computadores, assim como vários cursos da Universidade precisariam ser melhor equipados. A questão é saber em que termos a UFSC aceitará o convênio com a IBM, uma empresa que não propõe esse acordo a "qualquer curso". É preciso que seja identificado o merecimento, um critério que se justifica pelo número de doutores capazes de produzir conhecimento à altura das pretensões da multinacional norte-americana.

O projeto voltou ao Conselho Universitário no dia 24 de junho. E nesta reunião, o professor Vitor Hugo Teixeira, representante do Conselho Departamental do Centro Tecnológico, entrou com a proposta de "sustar" o projeto no Conselho. Isto significa que só no momento em que o Conselho Departamental do CTC resolver recolocar em pauta o convênio no Cun, o assunto volta a ser discutido na UFSC.

Debate mostrou que o convênio é lesivo

Os PhDeuses de Engenharia Mecânica perderam o controle absoluto sobre o convênio IBM-UFSC. O Reitor suspendeu a votação do projeto no Conselho Universitário, por causa das pressões que recebeu. As comissões de Desemprego e Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa, a Reitoria, a APUFSC e o DCE trouxeram à Universidade o deputado estadual Odilon Salmória (PMDB-SC), autor da lei de informática, para ver de perto o presente de grego da IBM.

A IBM não está prestando nenhum favor à Universidade. A lei de informática, aprovada em 1984, determina que empresas como a IBM invistam em centros de pesquisa, como é o caso do Curso de Mecânica da UFSC. O Plano Nacional de Informática - Planin - sancionado recentemente pelo Presidente Sarney, fixa essa aplicação de capitais em 5% do faturamento de empresas estrangeiras que operam no Brasil ou importem equipamentos.

O CAD/CAM que a IBM pretende instalar na UFSC não pode ser importado, porque as indústrias nacionais colocarão em breve no mercado máquinas similares desenvolvidas no Brasil. "Se o convênio prevê a instalação desse equipamento, isso fura a lei de reserva de merca-

do", admite o deputado federal e autor da lei de informática, Odilon Salmória, que esteve num debate promovido no dia 1º de julho pelo DCE, APUFSC, Reitoria e Comissões de Desemprego e Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa.

Nesse debate, o gerente da Itautec, uma empresa nacional de computação, se dispôs a apresentar uma solução alternativa que atenda as necessidades da Engenharia Mecânica. A Itautec dissecou o convênio IBM-UFSC:

"A proposta da IBM é baseada em três grandes softwares (programas), que são a alma do sistema. A Engenharia Mecânica vai apenas usar os programas, mas não vai conhecê-lo, porque o pacote da IBM é fechado.

A própria IBM não conhece o pacote, já que dos três softwares que ela vende, dois são franceses e um é norte-americano. Toda vez que houver um problema de manutenção, será necessário contratar uma outra empresa multinacional, conhecedora do sistema, para fazer o serviço. A IBM não tem o fonte do software, e por isso se propõe a incentivar o uso dos programas desenvolvidos pela Universidade. Tudo o que a Mecânica pesquisar, cairá nas mãos da IBM, porque está escrito que esse convênio prevalecerá sobre qualquer outro. A empresa

se compromete a instalar os equipamentos, mas não pagará os pesquisadores, as instalações, a manutenção. E mais importante: se a IBM considerar que determinada invenção é de caráter estratégico, ela vai dizer que o invento é "confidencial", conforme prevê a minuta do acordo. Como ela tem a prioridade da patente, dane-se a Universidade e tudo que for investido num órgão público, que tem que deixar suas pesquisas à disposição, para que o País cresça.

Os professores de Engenharia Mecânica que defendem exasperadamente o convênio com a IBM faltaram ao debate, e se limitaram a mandar um tímido representante. O Reitor Rodolfo Pinto da Luz, mais uma vez ausente, dessa vez encarnou-se no Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão, Diomário Queiroz.

Irrequieto, depois do discurso sobre a democracia que reina no Conselho Universitário, onde os estudantes têm representação de 1/5, Queiroz advertiu os presentes para que se sentassem "com decência", de modo a não "ferir o patrimônio público". E, já no final tomou o microfone para voltar à relevância da questão. Afinal, é tão grave atacar o bem público em matéria de cadeiras quanto de informática.

Um desafio à democracia

Gilberto B. dos Santos

Malária, tuberculose, lepra e difteria, são doenças infecciosas com incidência próxima do zero ou há muito erradicadas dos países desenvolvidos. Já na América Latina e em todo o Terceiro Mundo, representam um verdadeiro flagelo, matando milhares de pessoas pela falta de saneamento básico, carências alimentares e pelo descaso governamental com a saúde pública.

No Brasil somam-se a estas doenças uma dezena de endemias tropicais. A colonização da Amazônia, idealizada pelo pensamento geopolítico militar e executada para diminuir os conflitos de terras, responde hoje pelo retorno aos centros urbanos, da malária, doença de Chagas, esquistossomose e lepra. "A região Amazônica transformou-se num caldeirão de doenças, que pode transbordar e atingir todo o País", diz Donald Sawyer, da Universidade de Minas Gerais. Mas os trópicos não são mais, como no século XV e XVI, sinônimo de doença e mortalidade, segundo Alcides Rabelo Coelho, presidente da Associação dos Sanitaristas de Santa Catarina. "O alto índice de mortalidade causado por doenças" diz ele, "está mais relacionado com o baixo nível de vida das populações, que não dispõem de moradias satisfatórias, de sistemas de canalização de água e esgoto e de outras condições de higiene e de saúde pública".

Os índices de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias no Brasil são muito elevados e atingem a média de 203,3 casos em pessoas, somente nas capitais. Isto porque as estatísticas nem sempre expressam com fidelidade a situação real; o Ministério da Saúde, por exemplo, trabalha com cifras de dois anos atrás. A falta de dados objetivos inspirou o professor Sérgio Arouca a ministrar na Escola Nacional de Saúde Pública um curso de "Como Planejar sem Dados".

Fatalidade ou negligência

Em Santa Catarina a morte de duas crianças por difteria causou



Falta de saneamento básico acelera a expansão do contágio

surpresa no Departamento Autônomo de Saúde Pública - DSP. "Não temos certeza da extensão da doença", declarou o médico Eduardo Cordeiro dos Santos Neto, coordenador da vacinação em massa da Grande Florianópolis. De janeiro a maio de 1986 o DSP notificou 115 casos de difteria no Estado. Segundo a Organização Mundial de Saúde, nos casos de difteria, a vacinação deveria reduzir a incidência ao nível de apenas um caso em cada milhão de habitantes. Eduardo Cordeiro disse que o DSP responde por 80% das vacinações de 0 a 5 anos, "mas não podemos nos responsabilizar pelas vacinações passadas. A prova disso são as faixas etárias atingidas, sempre acima de 7 anos". Citou as precárias condições sanitárias de São José, cidade Dormitório da Grande Florianópolis, como um "verdadeiro foco irradiador de doenças transmissíveis, pois as campanhas de vacinação no município nunca atingem índices satisfatórios".

Das endemias, a doença de Chagas vem destacando-se como ameaça eminente e teve um retrocesso em todo o Estado. Um foco de barbeiro, inseto hospedeiro do protozoário "Trypanosoma cruzi", foi localizado na Lagoa da Conceição. A quebra do

equilíbrio ecológico, pela depredação de pequenos animais e pelo desmatamento, provocará a migração dos barbeiros silvestres, já contaminados, para as zonas residenciais. O controle da doença de Chagas atualmente é realizado nas zonas de fronteiras de Santa Catarina, onde a Sucam mantém postos de identificação de portadores da doença.

Esquistossomose em Joinville e São Francisco do Sul, malária e dengue imigrando para o Sul do País, assim como a meningite meningocócica (60 casos), tuberculose (428 casos), hanseníase (49 casos) e hepatite (495 casos), além dos 266 casos de coqueluche e de 1.304 casos de mordedura de cães são os saldos dos cinco primeiros meses de 1986. As autoridades sanitárias insistem que embora dinâmicos, os surtos são previsíveis e estão sob controle.

Uma nova proposta

Para o sanitarista Alcides Rabelo, somente uma reforma radical poderá, em curto espaço de tempo, reverter a expectativa de vida do brasileiro. "As soluções técnicas existem; falta determinação política e financeira". Alcides identifica predominância das ações curativas sobre as ações preventivas. "Mas isto tem lógica. Os setores tecnológicos de

ponta atuam nesta área, sustentando e alimentando todo um complexo médico-industrial que visa acima de tudo o lucro". O Simpas gasta mais verbas com instituições privadas do que com sua própria rede de hospitais. Alcides aponta a 8ª Conferência Nacional de Saúde como a única proposta séria para um novo Sistema Nacional de Saúde. "A proposta da 8ª Conferência visa a superação da dicotomia preventivo-curativo, assim como a universalização e descentralização das ações de saúde, que seria co-gereciada pela população". Maria Elisabete Luna, sanitarista da Prefeitura de Florianópolis, acredita que o fortalecimento do papel do município dará à população um maior controle sobre os serviços de saúde, mas disse que os médicos que atuam nos setores curativos têm dificultado os entendimentos para uma unificação. Já Alcides Rabelo acredita que as resistências podem ser superadas se o Congresso Constituinte determinar que os cuidados médicos e de saneamento são dever do Estado, sem fins lucrativos. "O sistema de estatização poderá ser alcançado pela retração contínua de recursos que hoje vão para a rede privada, ampliando assim a rede pública".

Foto Arquivo Zero

Karin Maria Vêras

“NINGUÉM nasceu para apanhar, ninguém nasceu para ser escravo, ninguém nasceu para ser mendigo”. Com estas palavras Dom Helder Câmara dirigiu-se aos meninos de rua reunidos em Brasília dias 25 a 27 de maio. Enquanto isto, aqui em Florianópolis, o atendimento de instituições da Fucabem gera fugas, inquietação e violência.

Em geral, os meninos têm uma visão temerosa da Fucabem. O garoto é pego na rua e da Delegacia do Menor é levado para o RPM (Recolhimento Provisório de Menores) onde permanece até 72 horas, esperando deliberação do juizado. É então encaminhado para casa, de onde voltará à rua, ou será internado nos centros educacionais. Em Palhoça ficam os menores carentes ou órfãos e em Barreiros os menores com desvios de conduta. Neste círculo vicioso há muita violência e discriminação. Os meninos reclamam de alguns “botudos” — PM — que os maltratam. No RPM o “quarto escuro” é conhecido por todos e a maioria dos garotos encontrados lá são negros. Nos internatos muitos casos de violência são narrados, embora nenhum admitido pela administração.

Os comentários daqueles que já passaram pelos centros educacionais são agudos: “Se todo mundo foge é porque não deve ser muito bom”. Apesar da assistência alimentar, pedagógica e médica ser regular, os meninos queixam-se com frequência do excesso de normas, da violência verbal e física. Existem normas para tudo: faxinas, horário de trabalho, estudo e lazer; castigo para desobediência, brigas e fugas; proibição de bebida e namoro, etc. Podem até parecer razoáveis no papel. Mostram-se, contudo, incapazes de atender às expectativas destas pseudo-crianças de costumes anteriores desregrados. Os monitores vêm-se assim surpreendidos pela inconstância dos internos que por vezes são agressivos e difíceis de controlar. “Quando um menor vem com violência, é preciso, para não perder a autoridade, defender-se com violência”, diz um monitor. E um menor confirma: “Só se bate quando é preciso”.

Violência e empreguismo

Roberto, jornalista, passou um dia na Fucabem e disse que lá tem de tudo, “violência, ensino, castigo”. A violência é constante entre os próprios menores — sendo esta uma das principais broncas de Tarcísio. O garoto de 11 anos, que já fugiu várias vezes, prefere a rua ao excesso de normas que lhe são impostas. Darci (como prefere ser chamado) contou ter apanhado quando descumpriu as regras. Certa vez, um grupo de menores do qual fazia parte foi surpreendido cheirando cola que haviam roubado da marcenaria. Seu castigo foi um puxão de orelha, e os líderes foram mergulhados nos galões de cola. O menino narrou outros castigos que presenciou: gritos, surras, isolamento em quarto, aprisionamento no banheiro onde o menor permanece com a mão para cima, e a peculiaridade de um monitor que passa a barba no rosto dos meninos que o desobedecem. Luciano, ex-interno, falou de uma “tia brava” que batia com a régua em seu pé. Castigos diversos são narrados. Em Barreiros acontecem os piores: menores amarrados, espancados, surras de borracha.

Silvana, ex-monitória, diz que a administração quando tem conhecimento de violência demite os monitores. Darci tem conhecimento de dois casos de demissão: um por espancamento de menor e outro pelo uso de um garoto para conseguir fumo. Uma pesquisa feita por estudantes de Serviço Social da UFSC concluiu que as principais causas de violência seriam a falta de preparo dos monitores, a angústia provocada por este tipo de trabalho, além do empreguismo. O menino Darci confirma dizendo que os monitores não batem à toa, mas quando irritam-se: “alguns são bons, outros não”.

Outra conclusão é de que a política influi muito nas instituições de Assistência Social, seja no direcionamento das verbas, na admissão do pessoal, ou na incerteza quanto a uma didática a ser desenvolvida. O governador Amin priorizou em seus projetos a Ladesc que a curto espaço emergiu em popularidade e publicidade. “A Fucabem é o cabide de empreguismo do governo do Estado. As verbas nem sempre chegam, é um rolo”, diz um monitor. Os cargos mais altos da instituição são indicados pelo governo. Daí resulta que a maioria dos seus ocupantes desconhecem até mesmo as normas do internato. O mesmo monitor diz ainda que Eliete, presidente, “é uma louca. Não aceita sugestões de ninguém”.

FUCABEM

“Prefiro
ficar
na rua,
livre”

Um menor

Foto Manoel Mendes/Zero



A falta de pessoal especializado
resulta em despreparo:
as crianças são castigadas,
surradas, amarradas e
aprisionadas. Os que
podem, fogem

O pessoal da administração declarou que o trabalho efetuado pela Fucabem é ótimo e que se costuma confundir as condições de São Paulo e Rio com as de Florianópolis. Entretanto “os monitores fazem gato e sapato para contornarem determinadas situações. Há alguns mais experientes, outros são verdes”, diz Valdir, que começou a trabalhar com 18 anos, mas acha que a idade mínima para monitoria deveria ser 25 anos. Ele considera o salário baixo — entre dois e três mil cruzados. Os monitores estão subordinados a técnicos dos quais apenas dois possuem curso universitário em Educação Física. Conforme outro monitor, “falta gente especializada”. Ele acrescenta que às vezes recebiam ordem de cima para “dar uma segurada” em determinado menor, sendo que os monitores novatos cumpriam a ordem. Recentemente criaram um Grêmio Independente onde se policiam as atitudes e trocam experiências.

Alternativas

Nos últimos tempos, um projeto chamado “Programa dos Menores de Rua” vem sendo efetuado com grande receptividade entre os garotos. O projeto conta com a Escola do Menor Trabalhador (na Vidal Ramos) e a Casa da Liberdade (nos fundos do IEE) — ambas aceitando voluntários. Nesta última são feitas reuniões semanais onde menores e orientadores decidem o que será realizado. Quem não participa da reunião fica fora das atividades. Lá os meninos vão porque querem e muitos fugitivos da Fucabem dirigem-se a esta casa. Darci participa da Casa da Liberdade e gostaria que a Fucabem fosse igual a ela. Maricel, jornalista, participa da Casa dos Meninos Trabalhadores e garante que três de seus companheiros, antes internos da Fucabem, saíram de lá alegando violência e excesso de trabalho. Os meninos que participam deste projeto são unânimes em apontar o “direito à decisão” como sua grande conquista.

“Melhor é a rua”

Nas instituições da Fucabem os infratores mais perigosos (viciados e ladrões) ficam em contato com as crianças que estão lá por acidente: a promiscuidade é grande. Não se respeita nenhuma necessidade do menor. Ao completar 18 anos os internos saem muitas vezes com emprego garantido na polícia ou em bancos do Estado, “mas muitos preferem a marginalidade” — alerta um administrador.

Na rua os meninos deparam-se com a fome, o frio e a violência. A maioria dos furtos praticados por menores ocorrem nas imediações da praça XV e Conselheiro Mafra. Roubam para comer ou por “malandragem”. Às vezes são pegos com pequenas armas. São muito usados por “maiores” para praticarem delitos já que “a legislação os protege”. Andam sempre em bandos e quando avistam a PM comunicam-se: “ai vem ganzê”. E são capazes de agredir para libertar um companheiro. Alguns guardas camaradas os pegam em uma rua e soltam na outra. Dormem próximos aos camelôs ou no “mocó” — casa abandonada atrás da Catedral. Este quadro leva muitos à agressividade, violência e grande desconfiança. “Os meninos são muito desconfiados” — afirma Marcelo. A sociedade os teme sem perceber que um sistema marginalizador causa mais vítimas que todos esses garotos juntos e “um único colarinho branco, do setor público ou privado, rouba mais que todos os gatunos comuns reunidos”, afirma Calmon de Passos na revista Veja.

Os meninos de rua de Florianópolis reclamam de violências sofridas. Para Darci a pior violência é a “sujeição” e as “humilhações. O preconceito, o desrespeito e o descompromisso da sociedade ilhoa para com seus “pequenos” legitima a ineficiência das Instituições. Se a Fucabem fosse modificada Darci ficaria lá até os 18 anos. Após fazer esta declaração, Darci consertou, afirmando que preferia mesmo é ficar na rua, livre para fazer o que bem quisesse.



Um crime condenado ao descaso?

Mônica Hass

MORENAS, loiras, gostosas, com pernas e bundas de fora, fazem parte de imagens publicitárias, que nos acompanham nas ruas, lojas, "outdoors", televisão, onde se vende, junto com calcinhas, biquínis, pneus e carros, o corpo da mulher.

A condição que foi imposta à mulher é a de objeto de uso. Objeto de "cama e mesa". É educada de acordo com a função que a sociedade lhe destina: mãe e esposa. Não possui liberdade sobre seu próprio corpo, não tem direito a sentir prazer sexual e nem a tomar a iniciativa nas relações afetivas e sexuais. Afinal, as mulheres existem para alimentar um apetite e não para terem os próprios desejos. Numa sociedade machista, a paixão sexual feminina tem que ser minimizada para que o homem possa sentir que tem o monopólio dessa paixão.

Na verdade, este servilismo imposto à mulher, tratada como mercadoria de uso, estimula todo tipo de violência contra ela. Mulheres de todas as classes vêm sofrendo agressões. O quadro se compõe desde gracejos de rua, passadas de mãos nojentas, apertos nos seios, beliscadas nas nádegas até o estupro e espancamentos.

Tais atitudes são reflexos de toda uma agressão que atinge as mulheres em processos dissimulados. Nos ambientes familiares agressivos, desde a infância, as meninas apanham dos pais e irmãos. Cria-se uma consciência de que isto acontece porque pode e deve acontecer. A esse ambiente familiar, junta-se o grupo social, que estimula atos violentos contra a mulher, por considerá-los corretivos e educativos.

E assim a mulher vai crescendo submissa e passiva, sem reagir, o que acaba por resguardar e fortalecer o papel do homem em uma sociedade regida por ele. Afinal, ela é propriedade dele e como tal deve se submeter à sua proteção e aos seus desejos. O marido, segundo a lei, tem todo o direito de possuir sua mulher quantas vezes quiser, mesmo que ela não o deseje ou lhe resista.

A lei é machista

Oportunista ou não, a própria legislação penal brasileira não protege a mulher contra agressões. Temos, por exemplo, o caso do espancamento de mulheres, que fica enquadrado no "crime de lesões corporais". O descaso se manifesta tanto pela sociedade como pela polícia, que recebe a mulher que apresenta queixa, sem levá-la a sério e vendo esse tipo de agressão como "questão doméstica".

Outro fato que mostra a incoerência da legislação é que ela classifica todos os atos que não sejam o da cópula vaginal como crimes de "atentado violento ao pudor". Entre eles, o sexo anal a força, que tem pena inferior à do estupro. Quanto à "tentativa de estupro", conforme a lei ela é questionável. Pois como o ato não se confirmou, não se tem como provar algo contra o acusado. No caso, leva-se apenas em conta as lesões corporais, se houveram.

A pena para o estupro é de reclusão de três a oito anos. Porém, existe um grande obstáculo para a efetiva punição dos criminosos. Ele está na barreira imposta pelo preconceito contra a mulher, na forma como ela é tratada nas delegacias de polícia e nos processos judiciais. Um número mínimo de mulheres leva um processo até o final. A grande maioria nem chega a prestar queixa à polícia, intimidada pelo vexame duplo de, além de ter sofrido a violência sexual, sempre traumatizante, submeter-se a exame de corpo-delito, que deve ser feito logo após o estupro.

O velho argumento da honra perdida atrapa-lha um bocado a mulher. Para as feministas em geral, o estupro tem que deixar de ser consi-



Foto Andre Rohde/Zero

Descaso e impunidade: até quando?

derado um crime contra os costumes e passar a ser penalizado como um crime contra a pessoa. Isto é, como um atentado contra a liberdade sexual. Entre outras coisas, isto mudaria a questão da violência física, hoje muito utilizada em assaltos, para impedir que as mulheres vítimas dêem queixa à polícia, intimidadas pela desmoralização que isto pode ocasionar.

Pais violentam filhas

Nas últimas semanas do mês de abril, foram registrados três casos de estupro de pais sobre filhas na 6ª DP. Meninas de 12, 13 e 16 anos. Para a delegada Ester Cardoso, a violência sexual contra as mulheres "sempre existiu". Só que agora está sendo mais divulgada.

Mas o que realmente anda preocupando a delegada é o crescente número de casos de lesões corporais provocados por maridos sobre suas esposas. E lembrou que o alcoolismo, o machismo, a falta de diálogo e as más condições econômicas, são as principais causas dessas agressões. Ela reconhece que a grande maioria dos espancamentos ocorrem nas classes média e baixa. Contudo, admite saber da existência de casos na classe alta, embora estes sejam abafados pela própria família, para salvar as aparências.

No dia da entrevista com a delegada Ester, a sala de espera estava vazia, mas o telefone não parava de tocar. Entre um telefonema e outro, ela contou que foram registrados somente nove casos de estupro na Delegacia da Mulher, nos primeiros seis meses de sua criação. A delegada não considera este número alarmante, mas lembra que não dispõe de dados de outros distritos, além de afirmar que muitas mulheres não registram queixa por vergonha.

Em geral, a primeira reação das vítimas após a violência sexual é a reclusão. Há o temor de que as pessoas não acreditem na história. E

existe o sentimento de culpa por estar na rua àquela hora da madrugada e de dar papo a desconhecidos. E, ainda, o medo de levar o caso a público, correndo o risco de ser julgada e acusada de ter facilitado, provocado, ou mesmo de ser chamada de prostituta.

O telefone toca mais uma vez. Agora é uma mãe, cuja filha diz ter sido estuprada pelo pai. D. Ester fica um bom tempo falando com ela. A mulher está indecisa, não sabe o que fazer. O seu marido nega o fato e ameaça processá-la se for levada adiante a queixa na polícia. Por outro lado, a filha está revoltada, quer sair de casa, não quer mais morar junto com o pai.

No caso de pai e filha, independe de representação. A partir do momento que a autoridade policial toma conhecimento, ela começa o inquérito. A delegada notou que quando ocorrem estes fatos, geralmente o pai é vigia. A mãe trabalha durante o dia e ele fica em casa. Assim ela não toma conhecimento do ocorrido, pois os pais ameaçam as filhas de morte. O que se observa, é que ataques de pais contra as filhas, ocorrem em maior número entre a classe pobre, pela promiscuidade da habitação e falta de educação.

Para a delegada Ester, um pai que estupra sua filha só pode ser um "maníaco sexual". Se ele não tem respeito pela própria filha, não em respeito por nada e ninguém. No entanto, estudos feitos até agora indicam que os violadores só raramente apresentam desequilíbrio mental, perversões ou manias. Isto significa que a maioria deles é o que se poderia chamar de "pessoas normais". Com isso, fica bem claro que eles, ao partir para a violência sexual, não fazem mais que exprimir o condicionamento sexual que lhes foi imposto pela cultura e por nossos costumes.

Patrulheiro processado

A Associação Catarinense em Defesa da Mulher, lançou no dia 17 de junho de 1986, uma campanha contra a violência sobre a mulher. A ideia da campanha surgiu diante do crescimento da coersão sexual contra as mulheres em todo o Estado. Foram espalhados três "outdoors" pela cidade, a campanha teve boa divulgação na imprensa e culminou dia 19 de junho com uma manifestação no centro da cidade.

O carro-chefe da campanha é o julgamento do patrulheiro rodoviário Moacir Massaud,

que não gostou nem um pouquinho dessa publicidade toda. Como seu nome esteve em cartazes, na boca da imprensa e do povo, ele está à procura da presidente da Associação, Viviane Goulart, para pedir explicações. Além disso, um dos "outdoors", próximo à Ponte Hercílio Luz, já foi depredado.

A ACDM, que surgiu em Florianópolis em dezembro de 1985, tem como principal objetivo tentar organizar as mulheres em todo o Estado, para que lutem em defesa de seus interesses.

Uma tentativa de estupro

Rose, Morena de olhos pretos brilhantes. Ela olhou no velocímetro, que indicava mais ou menos 40 quilômetros por hora. Pensou: "ai meu Deus, espero não me ferrar nessa". E pulou. Eram 17h30 de uma sexta-feira ensolarada.

Esta é a história de Rosemere Aparecida dos Santos, paulista, estudante do curso de nutrição, na UFSC. No dia 08 de outubro de 1985, quando vinha da Lagoa da Conceição, para assistir uma aula na Universidade, aceitou carona de um Corcel-70. O motorista era um patrulheiro rodoviário. "Assim que eu entrei ele começou com cantadas, bem baixarias mesmo", conta. "Eu pedi pra parar o carro, mas ele disse que ia me levar até a Universidade."

Depois de muita discussão, convites para sair, toques na perna, muita cantada e besteiras Rose entrou em desespero. "Toquei o pé no freio, e ele me deu um murro na perna". Ela abriu a porta, falou para parar, começou a gritar, chorar e o motorista, totalmente fora de si, começou a rir sarcasticamente. A estudante pensou: "O jeito é pular mesmo. Não tô a fim de ir com ele". Pegou sua mochila, a blusa, o material e pulou.

"Só senti o fiozinho de um carro em cima de mim. Era o carro da polícia que estava atrás da gente e que eu não tinha visto". Logo veio um monte de gente socorrer. A PM foi atrás do corcel e encostou a arma. Nisso o patrulheiro que dirigia o carro falou: "eu sou da polícia também".

— O cara é um puto de um covarde. Não estou dando uma de feminista, mas acho que é o extremo do machismo, porque ele não me deu chance nenhuma". Rosemere continua: "Tentei argumentar. Falei que estava começando a noite, que ele podia encontrar uma coisa bem melhor pra fazer. Falei pra não se sujar por pouco assim. Mas ele não quis nem saber. O jeito foi pular. Ia fazer o quê?"

A primeira coisa que Rosemere fez assim que pulou, foi ver se tinha ferido a cabeça. Quando notou que sangrava, gritou por socorro. Foi levada para o hospital: levou cinco pontos na cabeça. O restante foram escoriações. "O corpo estava todo machucado, cheiro de raspões, perna, braços, costas, nariz, rosto. Minha sorte é que já sarou tudo. Não ficou marca nenhuma", diz aliviada.

Como a polícia estava logo atrás, autuaram o motorista do corcel ali mesmo. Levaram-no para a delegacia onde prestou depoimento. O mesmo fez Rose, assim que saiu do hospital. Moacir Massaud, um sujeito moreno, corpulento, estatura mediana, de olhos escuros e cara asquerosa, segundo a caroneira, disse que estava "sendo assaltado pela estudante". "Só se eu estivesse assaltando ele com a minha lapiseira", diz ela ou "se tivesse acertado a minha pasta na cabeça dele".

Foi aberto um processo. Segundo o delegado de polícia do 5º Distrito, a tramitação é lenta. Leva no mínimo três anos. A opinião dos amigos e das pessoas que se interessaram pelo caso e que depois de tanto tempo o fato vai ter esfriado e ninguém mais vai dar importância. Rose não gostou nem um pouquinho e sugeriu: "porque você não fala logo que tem mutreta em cima disso, que não vai ser resolvido nada." E desabafa enquanto garante que não vai deixar tudo como está: "Afinal esta acontecendo a toda hora e ninguém está nem aí."